CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PRAÇA DA REPÚBLICA, 53 - FONE 255-20-44 - CEP: 01045

PROCESSO CEE N.: 917/91 (DRE - SJRP - 2855/19/91 E 3749/19/85)
INTERESSADO : Escola "Pequeno Príncipe" Educação Infantil e 1º
Grau/ S.J.R.P.
ASSUNTO : Solicita Alterações Regimentais
RELATOR : Consº Aparecido Leme Colacino
PARECER CEE Nº :1965/91 CEPG Aprovado em: 19.12.1991.

Conselho Pleno

1 - HISTÓRICO:

1.1 - Através da Portaria do Delegado de Ensino da 2ª D.E. de S. José do Rio Preto, de 06/07/90, publicada no D.O. de 29/08/90, foi autorizada a mudança de denominação da Escola "Pequeno Príncipe" Educação Infantil e de 1º Grau para Escola de 1º Grau "Nossa Senhora da Ressurreição" e Infantil "Pequeno Príncipe".

1.2 - A direção da referida escola, em 20/12/90, apresentou junto àquela D.E. pedido de alterações regimentais.

1.3 - A Delegacia de Ensino, após constatar que as alterações diziam respeito apenas à mudança de denominação do estabelecimento, emitiu parecer favorável e encaminhou o expediente à DRE- S.J.R.P. na qual foi protocolado em 04/01/91, mas logo baixado, por duas vezes, em diligência, respectivamente, em 11/01/91 e 06/02/91, retornando à DRE - S.J.R.P., apenas em junho.

1.4 - Os órgãos competentes da SE analisaram o protocolado e entenderam que a publicação de autorização das alterações regimentais, de acordo com o artigo 25 da Deliberação CEE Nº 33/72, só passaria a vigorar, a partir do ano letivo de 1992. Mas considerando que:

1.4.1 - a escola protocolou seu pedido em 1990;

1.4.2 - que a publicação de mudança de denominação ocorreu no início do 2º semestre/90 sem aprovação das alterações regimentais;

1.4.3 - que a lauda dos conciuintes do 1º grau de 1990 foi publicada com o nome anterior, assim como os documentos escolares;

1.4.4 - que as alterações regimentais não implicam em prejuízo aos alunos, pois se trata apenas da mudança de denominação;

1.4.4 - que a escola terá que enviar para publicação a lauda dos conciuintes de 1991 e

1.4.5 - há fatos consumados, tais como alteração de contrato social registrado em cartório e demais documentos fornecidos por diferentes repartições públicas, entenderam dever encaminhar o protocolado a este Colegiado, a fim de serem orientados sobre a possibilidade, "nessas situações de o ato da autoridade... ser aprovado e

posto em vigor de imediato por decorrerem de fatos inevitáveis..."

2 - APRECIÇÃO:

A Deliberação CEE nº 33/72, que fixa normas para elaboração do R.E. estabelece, em seu artigo 5º, que "O regimento deverá identificar o estabelecimento de ensino, discriminando a entidade mantenedora, sua denominação e sede" e no artigo 25 diz que "Qualquer modificação do regimento, pretendida pela mantenedora, será submetida à aprovação do Conselho Estadual de Educação ou da Secretaria da Educação, conforme o caso, e vigorará a partir do ano letivo seguinte." (grifo nosso)

A Deliberação CEE nº 10/79, que estabelece normas para denominação e qualificação de Escolas do sistema de ensino do Estado de São Paulo, dispõe, em seu artigo 2º, que as escolas particulares e/ou mantidas por entidades criadas por leis específicas "Poderão escolher outra denominação, respeitados sempre o grau, a natureza e os fins do ensino que ministrem e cientificados os órgãos competentes da Secretaria de Estado de Educação."

A Resolução SE nº 72/88 que "Dispõe sobre competências e procedimentos para dar cumprimento às normas instruídas pela Deliberação CEE 26/86, com as alterações introduzidas pela Deliberação CEE 11/87 estabelece no inciso III de suas instruções anexas:

"III - Procedimentos Relativos à Mudança de Denominação:

1.- Caberá à Entidade Mantenedora apresentar:

a) requerimento dirigido ao Delegado de Ensino, justificando a mudança de denominação e mencionando todos os atos legais referentes à escola;

b) proposta de alteração de Regimento Escolar dirigida ao Diretor Técnico da Divisão Regional ou Especial de ensino.

2. Caberá ao Delegado de ensino:

a) encaminhar a documentação ao Supervisor de Ensino da Escola que analisará e emitirá parecer;

b) publicar portaria de alteração de denominação;

c) encaminhar a proposta de alteração regimental à Divisão Regional (...)

3 . Caberá ao Diretor técnico da Divisão Regional ou Especial de Ensino aprovar as alterações regimentais, quando se tratar de escolas particulares (...)

No presente caso, pode ser constatado, através dos documentos que instruem o protocolado, que houve algumas falhas por parte dos órgãos competentes:

- demora de um mês, entre a formalização e a publicação de Portaria do Delegado de Ensino que autoriza a mudança de denominação da escola em questão.

- não houve atendimento às instruções anexas à Resolução SE nº 72/38; pois o encaminhamento de pedido de alteração regimental à DRE deve ser feito logo após a publicação da referida portaria, e de acordo com as normas vigentes, para serem evitadas diligências.

Embora os termos do Artigo 25 da Deliberação CEE nº 33/72 determine que a alteração regimental passa a vigorar a partir do ano letivo seguinte ao de sua aprovação, há que se considerar que alterações da espécie, por não causarem qualquer prejuízo de ordem pedagógica, sejam passíveis de surtirem efeito, em caráter excepcional a partir da publicação da respectiva Portaria.

3. CONCLUSÃO:

À vista do exposto, considera-se regular a situação da escola de 1º Grau "Nossa Senhora da Ressurreição" e educação Infantil "Pequeno Príncipe", DRESJRP; a partir de 29/08/90, no que concerne a nova denominação, cabendo à DRE a publicação da referida alteração regimental.

São Paulo, 04 de dezembro de 1991

Consº Aparecido Leme Colacino
Relator

4 - DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara do Ensino do Primeiro Grau adota, como seu Parecer o voto do seu Relator.

Presentes os Conselheiros: Aparecido Leme Colacino, Elba Siqueira de Sá Barreto, João Cardoso Palma Filho, Jorge Nagle, Maria Eloísa Martins Costa, Melânia Dalla Torre, Nilton César Balzan.

Sala da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, em 11 de dezembro de 1991.

a) Consº João Cardoso Palma Filho
Presidente

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 19 de dezembro de 1991.

a) Cons. João Gualberto de Carvalho Meneses
Presidente